



MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S. A

Rua: Alceu Amoroso Lima 276, Torre Comercial Salas 411 /412 -Bairro Caminho das Árvores, Salvador,
Bahia, CEP 41.820-770

CNPJ: 38.593.706/0001-87

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Exercício;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas.
- Parecer dos Auditores Independentes;

As demonstrações serão divulgadas em **31 de Março de 2022** no site:

www.multicredscd.com.br

A Diretoria da Multicred declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA REGIS, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, Portador da célula de identidade RG nº 01.568.157-29 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 329.751.205-91, residente e domiciliado em Salvador-BA, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

25 de Março de 2022

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A
Salvador - BA

BALANÇO PATRIMONIAL – R\$MIL

ATIVO

	NE	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		<u>3.132</u>	<u>3.875</u>
Disponibilidades		18	3
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	4	1.948	3.863
Carteira Própria		1.948	3.863
Operações de crédito	5	1.160	-
Operações de crédito		1.160	-
Outros valores e bens		6	9
Despesas antecipadas		6	9
NÃO CIRCULANTE		<u>62</u>	<u>70</u>
Imobilizado	6	62	70
Outras Imobilizações de Uso		79	72
(-) Depreciações Acumuladas		(17)	(2)
TOTAL DO ATIVO		3.194	3.945

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

Salvador – BA

BALANÇO PATRIMONIAL – R\$MIL**PASSIVO**

	NE	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		<u>21</u>	<u>62</u>
Outras obrigações	7	21	62
Cobrança e arrec. de tributos		2	
Sociais e estatutárias		-	5
Fiscais e previdenciárias		7	-
Diversas		12	57
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	<u>3.173</u>	<u>3.883</u>
Capital Social		3.173	3.883
Capital		4.000	4.000
Prejuízos acumulados		(827)	(117)
TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		3.194	3.945

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – R\$MIL

	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	07/07/2020 a 31/12/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>146</u>	<u>182</u>	<u>16</u>
Operações de crédito	60	60	-
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	86	122	16
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>(6)</u>	<u>(6)</u>	-
Operações de empréstimos e repasses	-	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6)	(6)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>140</u>	<u>176</u>	16
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(467)</u>	<u>(886)</u>	<u>(133)</u>
Despesas com Pessoal	(98)	(130)	(6)
Outras despesas administrativas	(350)	(719)	(126)
Despesas tributárias	(10)	(13)	(1)
Outras despesas operacionais	(9)	(24)	-
RESULTADO OPERACIONAL	<u>(327)</u>	<u>(710)</u>	<u>(117)</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	<u>(327)</u>	<u>(710)</u>	<u>(117)</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>(327)</u>	<u>(710)</u>	<u>(117)</u>
Juros sobre o capital			
Prejuízo por ação (em reais)	(0,0818)	(0,1775)	(0,0293)

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

Salvador - BA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$MIL

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS		AUMENTO DE CAPITAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		LEGAL	RESERVAS ESPECIAS DE LUCROS			
SALDO EM 07/07/2020	4000	-	-	-	-	4000
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	-	-	-	-	117	117
SALDO EM 31/12/2020	4000	-	-	-	(117)	3.883
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(117)	(117)
SALDO EM 30/06/2021	4000	-	-	-	(383)	3617
PREJUÍZO DO PERÍODO	-	-	-	-	(383)	(383)
SALDO EM 31/12/2021	4000	-	-	-	(327)	3673
MUTAÇÕES NO SEMESTRE	-	-	-	-	(327)	(327)
SALDO EM 31/12/2020	4.000	-	-	-	(117)	3.883
PREJUÍZO DO PERÍODO	-	-	-	-	(710)	(710)
SALDO EM 31/12/2021	4.000	-	-	-	(827)	(3.173)
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(710)	(710)

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

Salvador – BA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – R\$MIL

	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	07/07/2020 a 31/12/2020
PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>(327)</u>	<u>(710)</u>	<u>(117)</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-	-	-
Apuração de Resultado	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>(327)</u>	<u>(710)</u>	<u>(117)</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A
Salvador – BA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – R\$MIL
Método Indireto

	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	07/07/2020 a 31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do período	(327)	(710)	(117)
Ajustes por Depreciação	8	15	2
Ajustes por Provisão para créditos de liquidação Duvidosa	6	6	-
(Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e Val. mobiliários	1492	1.915	(3.863)
(Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	(1161)	(1.166)	-
(Aumento) Redução dos Ativos: Outros Créditos	(6)	(6)	0
Outros valores e bens	3	9	(9)
Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	(10)	(41)	62
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	5	22	(3.925)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições Ativo Imobilizado	-	(7)	(72)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-	(7)	(72)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Capital Social	-	-	4.000
Caixa Líquido das Atividades de financiamento	-	-	4.000
Varição no caixa e equivalentes de caixa	5	15	3
Caixa e equivalente de caixa no início do período	13	3	-
Caixa e equivalente de caixa no final do período	18	18	3

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da **MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (MULTICRED SCD)**, em atendimento as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), bem como o respectivo Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

A **MULTICRED SCD** é uma sociedade de capital fechado com sede em Salvador (BA), foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 07 de julho de 2020, constituída juridicamente junto a JUCEB em 18/09/2020 e possui, como objeto social, a prática de operações de crédito com pessoas físicas e jurídicas inerentes as Sociedades de Crédito Direto, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

A **MULTICRED SCD** encerrou o exercício de 2020 em fase - pré-operacional ajustando seu portfólio para oferecer seus produtos e serviços aos clientes, com o objetivo de gerar maior relacionamento e interatividade com a marca **MULTICRED SCD**. Suas operações serão realizadas integralmente através de plataforma eletrônica, conferindo maior agilidade e segurança. Apesar da pandemia do COVID-19, iniciamos nossas atividades em 15 de junho de 2021, observando os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil (BACEN).

PERSPECTIVAS

O ano de 2021 se iniciou com a perspectiva de continuidade da retomada econômica no Brasil, cujos primeiros sinais foram observados no ano que passou. Neste contexto, a **MULTICRED SCD** acredita que novas oportunidades de crescimento e fortalecimento do modelo de negócios continuarão apresentando um cenário positivo no decorrer deste ano.

Ratificamos nosso firme propósito no contínuo aprimoramento da nossa estrutura administrativa, tecnológica, compliance e gestão de riscos seguindo os protocolos sanitários para contribuirmos no enfrentamento da pandemia do Covid 19.

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Demonstrações contábeis

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis da MULTICRED SCD, para o semestre findo em 31 de Dezembro de 2021 autorizando sua emissão em 25 de Março de 2022.

AGRADECIMENTOS

Para finalizar, agradecemos aos acionistas, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução da sociedade e permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Multicred Sociedade de Crédito Direto S.A, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pelo Banco Central do Brasil em 07 de julho de 2020, com base na Resolução nº 4656 de 26 de abril de 2018, iniciou suas atividades operacionais em 15 de junho de 2021. Tem por objeto a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros e atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado às operações de empréstimo, de financiamento e aquisição de direitos creditórios realizados por esta Sociedade conforme Lei nº 4.595, de 31 de dezembro 1964, e as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a serem permitidas por essas mesmas autoridades. O registro na junta comercial do Estado da Bahia ocorreu no dia 18/09/2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as normas, instruções e diretrizes contábeis emanadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. As referidas demonstrações contábeis que se referem ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são de responsabilidade da Administração e foram aprovados em 31/01/2022.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.



b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment)

De acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito

A MULTICRED SCD iniciou suas atividades em 04 de janeiro de 2021, realizando operações com pessoas físicas nas modalidades de débito em conta e crédito consignado. Referidas operações foram devidamente classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo "AA" risco mínimo e "H" risco máximo. Ainda deverão ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias serão reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Esta provisão será constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

Os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias.

As provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 4%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º). (nota explicativa nº 7).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas

Para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Carteira Própria	1.948	3.863
Cotas de Fundos de Renda Fixa	1.948	3.863

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	<u>31/12/2021</u>			<u>31/12/2020</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	1.166	-	1.166	-	-	-
Títulos Descontados	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-	-	-
	<u>1.166</u>	<u>-</u>	<u>1.166</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	6	-	-	-
	<u>1.160</u>	<u>-</u>	<u>1.160</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Constituição para provisão para crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:

<u>Nível de risco</u>	<u>% de Provisionamento</u>	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
		<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
A	0,50%	6	-	-	-
B	1,00%	-	-	-	-
C	3,00%	-	-	-	-
D	10,00%	-	-	-	-
E	30,00%	-	-	-	-
F	50,00%	-	-	-	-
G	70,00%	-	-	-	-
H	100,00%	-	-	-	-
		<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

6. IMOBILIZADO

Expresso em Reais

Descrição	Tx Deprec.	Saldo Inicial	Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo 31/12/2021
Mobiliário	10%	-	6.040,00	(627,50)	5.462,83
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	-	65.780,04	(16.409,96)	50.466,41
Equipamentos de Comunicação	10%	-	5.444,00	(1.179,53)	4.264,47
Outros Equipamentos	10%	-	2.509,78	(250,98)	2.279,72
Soma			79.773,82	(17.300,39)	62.473,43

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Outras obrigações	21	62
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2	-
Sociais e estatutárias	-	5
Fiscais e previdenciárias	7	-
Credores Diversos País	12	57

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social no final do exercício de 2021 era de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), dividido em 4.000.000 (quatro milhões) de Ações Ordinárias, todas nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Lucros ou Prejuízos

A empresa possui R\$ 827.344,46 de prejuízo acumulado.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

DISCRIMINAÇÃO	01/01/2021 a	Expresso em Reais
	31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Contas de Resultado Credoras	182.059,31	15.513,31
Contas de Resultado Devedoras	(891.665,49)	(133.251,58)
Lucro/prejuízo antes dos Ajustes	(709.606,18)	(117.738,27)
(+) Adições	5.865,79	3.650,00
(-) Exclusões	-	-
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	-	-
(-) Compensação Prejuízos Exer. Anteriores	-	-
Lucro/prejuízo Tributário Real	(703.740,39)	(114.088,27)
Imposto de Renda - (15% + 10% adicional)	-	-
Contribuição Social - 9%	-	-

10. GERENCIAMENTO DE RISCO

Os riscos sobre os quais a atividade econômica da Multicred SCD está sujeita são gerenciados pela empresa com base em políticas (devidamente formalizadas), que visam salvaguardar a continuidade da atividade e os interesses dos stakeholders (Acionistas, Colaboradores, Clientes, Governo, Sociedade, Parceiros Comerciais etc.). Destacam-se como riscos inerentes à atividade:

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado



em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável.

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas; Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

COVID-19

A propagação da epidemia do Coronavírus (Covid-19) impactou negativamente em vários setores produtivos e comerciais da economia mundial. A referida epidemia não tem causado impactos significativos que possam resultar em comprometimento da Atividade Econômico-Financeira no ramo de atuação da Multicred SCD.

OUVIDORIA: O componente organizacional da ouvidoria encontra-se com sua formulação concluída e sua estrutura atende as disposições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.



11. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basiléia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basiléia Simplificado ficou em 99,79% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de dezembro de 2021 em R\$ **3.172.655,54**.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2021 foi autorizada pela Administração da MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., em 31/01/2022.

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

**DIRETORES E ACIONISTAS da
MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MULTICRED Sociedade de Crédito Direto S.A., que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MULTICRED Sociedade de Crédito Direto S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de março de 2022.

VICENTE
MICHELON:2
6690608034

Assinado de forma digital por VICENTE
MICHELON:2669060803
4
Dados: 2022.03.30
11:50:38 -03'00'

Vicente Michelon
CRCRS 052.365/O-8

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRC RS Nº 4.626